



Países Bálticos e Rússia: As consequências de um novo desenho geopolítico

Ricardo dos Santos Poletto

Uma nova cortina parece se formar na Europa, mas pouco se sabe sobre seu material e sua resistência. Com efeito, o cenário diante da Federação Russa sofreu transformações inimagináveis nos últimos quinze anos. Pouco restou do legado soviético, especialmente no que se refere aos círculos de influência de Moscou nas imediações européias.

Os recentes eventos em Tallin, capital da Estônia, desencadearam um debate pertinente e necessário sobre o papel da Rússia na região dos novos limites do bloco europeu e do Tratado Atlântico. A representatividade dos países bálticos, a primeira vista, tende a ser minorada, mas sua capacidade de ilustrar a dinâmica

maior é digna de análises mais atidas. A representatividade de Estônia, Letônia e Lituânia na agenda da política externa russa evidencia os nós de transformações importantes que se processam nos pórticos do montes Urais.

O fato determinado que resgata a reflexão maior diz respeito ao desconforto diplomático e político entre Estônia e a Federação Russa em decorrência da retirada da estátua de bronze em homenagem ao soldado desconhecido do Exército Vermelho na ladeira de Tinismiaui, em Tallin – um símbolo da opressão soviética para os estonianos e um marco de libertação contra o fascismo pelos russos. O

governo russo considerou a medida insultuosa. Os protestos da população estoniana de origem russa resultaram em uma morte e centenas de feridos e presos. Em seguida, a Estônia passou a sofrer sucessivos ataques cibernéticos em seus sites oficiais, afetando também a comunicação do país com o resto do mundo via internet. Evidências levam autoridades estonianas a imputar responsabilidade a grupos ligados a Moscou.

Se as relações com países do leste europeu já se encontravam estremecidas, sobretudo com a Polônia, com os países bálticos as fissuras se tornam ainda mais visíveis. Ao tangenciar temas históricos, societários e simbólicos, o relacionamento dos países bálticos com a Rússia invoca uma forte carga de ambigüidades e ressentimentos. Para Estônia, Letônia e Lituânia, independentes desde 1991, a afirmação da identidade nacional assume papel preponderante na agenda de políticas públicas. Entretanto, a ostensiva presença russa é percebida como um obstáculo significativo. Internamente, em função da larga parcela de descendentes russos residentes nos bálticos; externamente, não bastassem extensas linhas de contato costuradas por sensíveis tratados limítrofes, o enclave de Kaliningrado, ao sul da Lituânia, permanece também como lembrete indefectível da presença russa. Portanto, não há como abstrair as raízes históricas que unem a Rússia a essa região, manifestas em cada rua e na fisionomia cultural, desde a arquitetura à religiosidade.

O pacto Molotov-Ribbentrop de 1939 entre os Stálin e Hitler é constantemente aludido para contestar, desde as origens,

uma pretensa postura benevolente da União Soviética para os países bálticos. Muito embora as marcas da opressão experimentada durante os anos de sovietação sejam notáveis, o discurso russo se refere a um processo de “libertação”. O 9 de maio de 1945, data do tratado de rendição dos nazistas frente ao exército vermelho, motiva comemorações em Moscou que se estendem para Estônia, Letônia e Lituânia, na medida em que as populações russas nesses países têm a oportunidade de relembrar suas origens e afirmar sua identidade. Para as populações locais, um regime de opressão se sobrepôs ao outro. As atrocidades nazistas decorrentes da invasão em 1941 dariam lugar a cinquenta anos de regime autoritário coletivista, que também massacrava movimentos de resistência e deportou milhares para campos de trabalho forçado na Sibéria.

Os países bálticos assumem importante função analítica ao ilustrar com propriedade as dinâmicas e desafios que se colocam à Rússia em uma nova ordem local, européia e global. As repercussões imediatas e mais perenes são particularmente claras como indicativos desse processo. Localmente, verifica-se uma tendência nos bálticos pelo aumento de mobilizações civis com conotações étnicas, bem como um processo de refluxo da “russificação” do Báltico. Isso se reflete nas políticas locais desses países que contam com quase um quarto de suas populações originadas da Rússia. Uma importante questão que emerge diz respeito às políticas de concessão de cidadania; constantemente, os governos bálticos são acusados de violar preceitos de direitos humanos ao restringir o acesso dos

residentes russos à plena cidadania. Com efeito, uma exigência que tem sido sustentada na Estônia e na Letônia é a exigência de proficiência na língua local para assumir cargos públicos e gozar certos direitos civis. A barreira lingüística é encarada, portanto, como um problema central, já que cria uma população marginal – cifras que chegam a 20% da população sem cidadania nacional na Letônia, por exemplo. As conseqüências bilaterais são claras, na medida em que Moscou exige o reconhecimento do russo como língua oficial nesses países. A posição de reservada, do outro lado, calcula os movimentos russos como estratégias de barganha de forma a utilizar a questão das minorias para exercer influência sobre as soberanias locais. Quadros mais extremos são observados na região limítrofe, onde a quase totalidade da população fala o russo. Na Lituânia, a questão da máfia russa também é digna de menção, na medida em que também afeta a economia, a segurança e o complexo político nacional. Assim, o desafio de resolver o problema dos passaportes cinzas dentro dos países bálticos e promover a integração étnica se projeta para a escala regional e européia.

O contexto regional, russo-europeu, envolve desdobramentos igualmente profundos. 2004 foi um ano definitivo para os passos de ocidentalização do báltico. Em março daquele ano, Estônia, Letônia e Lituânia passaram a integrar formalmente a OTAN. A torrente do Tratado Atlântico, que varreu os limites antes impostos pelo concorrente Pacto de Varsóvia, já esboçavam movimento consistente para o leste, quando República Tcheca, Hungria e Polônia aderiram em 1999. Acompanharam

ainda o ingresso dos países bálticos, Bulgária, Romênia, Eslováquia e Eslovênia. Nem mesmo o Conselho Permanente OTAN-Rússia, renovado e remodelado em 2002, e a cooperação em ações de combate ao terrorismo foram suficientes para amenizar a resistência russa ao avanço, temendo interferências na região que antes fazia parte de sua mais estreita esfera de influências. A interpretação de que a nova geopolítica regional reflete a vitória do modelo de democracias de mercado toma corpo com a integração dos países do Leste Europeu à União Européia. Notavelmente, para os russos imperou a impressão de que seus vizinhos bálticos haviam lhe virado as costas para construir uma nova rede de relacionamentos políticos, comerciais e militares sem a benção de Moscou. Com efeito, para não mencionar a inclusão do báltico no alcance do escudo aéreo da aliança atlântica e o estacionamento de caças F-16 na Lituânia, o comércio desses países voltou-se definitivamente para o mercado do bloco europeu.

Depreendem-se das considerações regionais inúmeras implicações na ordem global. Afinal, a Rússia como potência mundial, ainda sustentada pelo legado estratégico-militar soviético e em processo de recuperação econômica, está longe de ser ator desprezível para a compreensão das grandes dinâmicas internacionais. A dificuldade de diálogo em diversas frentes - do Kosovo, perseguições políticas, contenciosos energéticos e comerciais – apontam para um isolamento russo, que tende a se aproximar das ex-repúblicas socialistas mais próximas na Ásia Central. O isolamento em curso, entretanto, seria negativo tanto para a Rússia quanto para o Ocidente ao que pesem as reservas

energéticas de petróleo e gás do país, um de seus maiores recursos de barganha na atualidade.

Composto o quadro de avanço da frente ocidental, é possível apontar algumas conclusões que se ligam aos cenários possíveis. Em primeiro lugar, o remodelamento político regional exige uma nova postura russa com relação aos vizinhos. Ao tratar com a Estônia sobre questões históricas ou ao interromper fornecimento energético para a Lituânia por razões políticas, a Rússia deve entender que sua interlocução imediata recai no âmbito da União Européia e não mais em meros relacionamentos bilaterais assimétricos. Neste momento, a suposta participação das autoridades russas nos ataques cibernéticos ao espaço virtual da Estônia que se seguiram aos protestos em Tallin conta com o apoio investigativo e técnico da União Européia e da OTAN, de maneira que a comprovação do envolvimento russo traria consequências deletérias no diálogo cooperativo com grandes forças do ocidente. Em segundo lugar, faz-se presente um processo de aprendizagem e adaptação com relação ao novo quadro geopolítico. A Federação Russa encontra dificuldades de interlocução, sobretudo, como resultado de divergências de discurso e prática política em relação ao Ocidente, em função da centralização política crescente na gestão Putin.

É certo que a margem de manobra russa a oeste sofreu grandes revezes, mas o posicionamento do país ainda é tido em alta conta pelas autoridades ocidentais. Apesar das tensões circunstanciais, deve-se relevar o fato de que a aliança ocidental que se avizinha não agiria sem algum indicativo de anuência da potência russa. É fundamental para

Moscou rever seus cálculos de inserção e de oportunidades no novo cenário europeu; especialmente, no que tange à dependência energética da União Européia. Os países bálticos se encontram em outra órbita, que lhes tem gerado maturidade política e crescimento econômico, e forçosamente se encaminham para um afastamento com seu vizinho maior. Não há perspectivas de retrocesso nesse sentido. Cabe à Rússia combater a eclosão de um fenômeno de “russofobia” na região, ainda afetada pelas memórias do passado recente e demandar, junto à União Européia, respeito aos direitos dos cidadãos russos nos novos países membros do bloco. Uma vez colocado que o afastamento russo possui conotação negativa para todas as partes, Estônia, Letônia e Lituânia, dentro do quadro europeu, tendem a recorrer a seus vínculos positivos com uma nova Rússia, de forma a atender aos imperativos de um diálogo necessário. Por fim, em contraparte ao aceno ocidental, o desenho da política externa também deve sofrer adaptações consoantes aos novos tempos para a Rússia, uma potência ainda irrequieta em um cenário de grandes transformações.